

Senhor Bastonário da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, Dr. José Azevedo Rodrigues;

Senhor Vice-Presidente do Conselho Diretivo da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e Presidente da Comissão Organizadora XI Congresso da Ordem, Dr. José Rodrigues de Jesus,
Distintos convidados internacionais,
Demais convidados,
Minhas senhoras e meus senhores

Agradeço muito o convite que me foi endereçado para encerrar este XI Congresso da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

É para mim um gosto estar aqui presente hoje, neste importante momento da vida associativa de uma classe profissional que muito respeito.

Ao longo de toda a minha vida profissional enquanto gestor de empresas, fui obrigado, no bom sentido da expressão, a contactar com diversos membros da Ordem.

Sou, por isso, testemunha da utilidade das funções que os Revisores Oficiais de Contas desempenham nas organizações.

Se me permitem, **elencaria cinco razões fundamentais** porque o Ministério da Economia entende que a intervenção dos Revisores é importante:

Em primeiro lugar, porque são profissionais com uma polivalência formativa, designadamente com formação em economia, em finanças, em diversos ramos do direito, em fiscalidade, em gestão e organização de empresas, em contabilidade e em auditoria;

Em segundo lugar, porque estão integrados numa Ordem de referência, reconhecida tanto no País, como no estrangeiro; o alto nível painel de participantes neste Congresso assim o atesta, basta olharmos para o programa.

Em terceiro lugar, porque os Revisores passaram por exames e estágios sérios e exigentes, sendo, de resto, essa exigência um garante de qualidade, de capacidade e de resiliência para enfrentar os desafios que a conjuntura atual nos coloca;

Em quarto lugar, porque estão sujeitos a um Código de Ética fundado nas melhores práticas e princípios, designadamente internacionais;

Em quinto lugar, porque estão subordinados a controlos de qualidade e as suas práticas profissionais sujeitas à supervisão de uma entidade independente.

Ou seja, estamos perante um trabalho desempenhado por profissionais habilitados, qualificados e de elevado valor acrescentado, o que é algo que, naturalmente, dignifica e tem enorme interesse para o País.

E aqui sublinho a ideia de que este trabalho é também muito importante no seio das PME's, sobretudo no atual contexto económico e financeiro, uma vez que estas têm a necessidade reforçada de apresentar informação séria, fidedigna, fiável e, acima de tudo, confiável, nomeadamente perante os seus *stakeholders*.

Ex.mos Senhores,

Como sabem, encontramos-nos num momento crítico do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro.

O pacote de reformas estruturais – que visa sustentar as bases de um novo modelo económico, mais competitivo e alinhado com as características do mercado global – está a contribuir diretamente para aliviar o peso do Estado na economia, e para diminuir a carga burocrática e administrativa que ainda pesa sobre as nossas empresas.

Este é um esforço que será para prosseguir, e o Ministério da Economia está profundamente empenhado nesta agenda de agilização do Estado, simplificando processos em todos os níveis da administração, tendo em vista abrir caminho à criação de um clima mais favorável de negócios e de investimento privado, nacional e estrangeiro.

Mas a construção deste clima de negócios que se quer positivo, dinâmico e capaz de transmitir confiança aos investidores, não pode ser preocupação **exclusiva** do Governo.

O momento e as circunstâncias do país recomendam **uma agenda nacional de compromisso**, que envolva partidos, empresas, parceiros sociais, sindicatos, entre outras forças vivas, públicas e privadas, da nossa sociedade.

E essa agenda nacional de compromisso deveria assumir como prioridades **a conclusão do Programa de Assistência Económica e Financeira; o fim do processo de ajustamento; ou o término das reformas estruturais.**

A espuma dos dias, ou o próprio ciclo eleitoral, não podem contaminar assuntos tão importantes como estes, de que depende o futuro da Pátria, de todos nós, e que exigem uma grande **maturidade política**, quer do Governo quer, também, por parte do maior partido da oposição.

Que bom seria encontrarmos **um chão comum onde assentar os compromissos fundamentais** que nos permitissem a consolidação de um **ciclo virtuoso de crescimento económico.**

A **estabilidade e a previsibilidade** política são, assim, valores que devemos privilegiar, pois tratam-se de elementos determinantes para a criação de confiança.

E só com confiança é que a nossa economia pode crescer.

Este compromisso deve levar-nos a resolver, com determinação, situações que comprometem o desenvolvimento da atividade económica, como sejam a **racionalização da despesa pública, a existência de rendas excessivas** ou **privilégios não sustentáveis** que ainda subsistem.

Um ciclo virtuoso de crescimento económico requer um **compromisso para reformar o Estado, para reduzir a despesa, para diminuir**, de forma equilibrada e sustentada no tempo, **a carga fiscal** que pesa sobre as famílias e sobre as empresas.

Mas requer, também, **um olhar construtivo** sobre as políticas públicas de promoção ao investimento, à inovação, à qualificação e capacitação empresarial, às exportações e à internacionalização das nossas empresas...

Os partidos que compõem a coligação estão comprometidos com esta agenda, **mas este é um caminho que convoca todos**, incluindo o principal partido da oposição.

A competitividade fiscal, por exemplo, que é um pressuposto importante para a captação de investimento, é um dos eixos onde me parece que há toda a margem para **dialogar de forma construtiva** com a oposição.

Para ouvir, para recolher e também para acolher contributos que acrescentem valor à proposta que está em discussão.

A reforma do IRC, por exemplo, não é apenas uma reforma do Governo, é uma reforma do país.

A ronda de contatos intensa que está a ser desenvolvida pelo Presidente da Comissão de Reforma do IRC, o Dr. Lobo Xavier, e pelo Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, o Dr. Paulo Nuncio, revela bem a importância que o Governo atribui ao diálogo construtivo com os parceiros sociais.

A reforma do IRC tem recebido acolhimento muito positivo – diria quase até unânime – por parte dos parceiros sociais, e era muito importante que a oposição em geral, e o Partido Socialista em particular, dessem o seu contributo para que em 2014 possamos ter um orçamento de Estado que reflita já as mudanças introduzidas pela reforma.

Para que o orçamento de 2014 traga competitividade fiscal às nossas empresas e nos ajude a atingir aqueles objetivos em relação aos quais estamos todos de acordo: saída da troika de Portugal; conclusão do PAEF; Fim do programa de ajustamento...

Ex.mos Senhores,

Há que introduzir sustentabilidade futura nas contas públicas e desenhar políticas compatíveis com a riqueza que somos capazes de gerar.

Esta é a única forma de conseguirmos resgatar a nossa soberania e o futuro das próximas gerações.

O caminho percorrido até esta etapa tem dado frutos: ainda esta semana, a OCDE voltou a prever que a atividade económica em Portugal vai recuperar nos próximos meses, estimando a mesma tendência para Espanha, Irlanda e Grécia.

Estas são perspetivas positivas de melhoria da atividade económica em Portugal, consolidadas pelos resultados do crescimento do PIB no segundo semestre e pela dinâmica das nossas exportações.

Estou confiante também de que o investimento em Portugal poderá conhecer uma nova dinâmica: a criação do Conselho de Coordenação dos Assuntos Económicos e do Investimento, presidido pelo Senhor Vice Primeiro Ministro, que reuniu pela primeira vez esta semana e que irá reunir com periodicidade muito regular – de quinze em quinze dias – dará um contributo determinante para melhorar a eficácia e a celeridade na concretização de investimentos, previstos ou já em curso.

Uma economia sustentável só será possível com um tecido empresarial onde impere a confiança em detrimento da desconfiança e o realismo em detrimento da ilusão, aspectos onde volto a destacar o importante papel desempenhado pelo Revisor Oficial de Contas.

Termino, reiterando a ideia de que os revisores constituem parceiros sociais de excelência que, através das suas práticas, podem claramente

contribuir para um clima de realismo económico e de confiança nos negócios.

Terei, por isso, o maior interesse em receber as conclusões do Congresso de hoje.

Muito obrigado pela Vossa atenção.